

4/2013

ABRIL ▪ MENSAL

BOLETIM DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

DO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Governo Regional

◆ Ficha técnica

TÍTULO: *Boletim de execução orçamental do Governo Regional da Madeira*

AUTOR: Secretaria Regional do Plano e Finanças. Direção Regional de Orçamento e Contabilidade

EDIÇÃO: Secretaria Regional do Plano e Finanças. Direção Regional de Orçamento e Contabilidade

DESIGN GRÁFICO: © DROC, 2013

CAPA/CONTRACAPA: Pormenor de plantas da floresta Laurissilva © Diego Freitas, 2013 (autorizado pelo autor à DROC)

DISTRIBUIÇÃO: Gratuita

PERIODICIDADE: Mensal

ISSN: 2182-6331 (ficheiro eletrónico)

DATA: 30-04-2013

LOCAL: Funchal, Região Autónoma da Madeira

Este documento informativo está redigido conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Documento eletrónico otimizado para leitura OCR.

Avenida Arriaga | 9004-528 Funchal | Telef. 291212100 | Fax 291238115 | Contribuinte 671001310 | Página institucional: <http://srpf.gov-madeira.pt> | E-mail: droc.srpf@gov-madeira.pt

◆ Índice

APRESENTAÇÃO	5
1. SÍNTESE GLOBAL	6
2. SUBSETOR DO GOVERNO REGIONAL	
2.1. Síntese	7
2.2. Receita	9
2.3. Despesa	12
3. SUBSETOR SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS e EPR	
3.1. Entidades Públicas Reclassificadas	16
3.2. Síntese Global dos SFA e EPR.....	16
4. DÍVIDA NÃO FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	20
5. CONCEITOS APLICADOS	22
6. SIGLAS E ABREVIATURAS	23
7. ÍNDICE DE QUADROS	24

◆ Apresentação

O *Boletim de Execução Orçamental* é uma publicação com periodicidade mensal, onde se afere a evolução da receita e da despesa, dos compromissos e das dívidas da Administração Pública Regional (APR), compreendendo os serviços integrados do Governo Regional (GR), os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), em conformidade com o estabelecido no *Programa de Ajustamento Económico e Financeiro* (PAEF-RAM), acordado entre a Região Autónoma da Madeira e a República Portuguesa, em 27 de janeiro de 2012 (medida 4).

A estrutura da publicação permite expressar de forma clara e abrangente a evolução da execução orçamental nas suas diferentes óticas — através da análise funcional, económica e orgânica — por cada subsetor que compõe a Administração Pública da RAM: Governo Regional (GR), Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) e a evolução da dívida não financeira.

A informação em apreço é divulgada até ao dia 30 do mês seguinte àquele a que respeita, pelo que a edição que ora se apresenta reporta-se ao mês de março de 2013.

◆ I. Síntese global

O saldo global consolidado dos organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública Regional é superavitário em 3,1 milhões de euros. O saldo primário ascende a 28,6 milhões de euros. O saldo de capital atingiu os 14,2 milhões de euros, face a uma despesa efetiva de 234,9 milhões de euros e a uma despesa primária

de 209,4 milhões de euros.

O QUADRO seguinte apresenta os dados na forma consolidada da execução orçamental de fevereiro, de acordo com o reporte financeiro mensal à DGO:

QUADRO I - Execução orçamental consolidada (jan-março)					€ Milhares
	GR	SFA	EPR	Saldo consolidado	
Receita corrente	197.915,8	76.532,6	3.904,3	211.157,3	
Impostos diretos	55.476,1	545,7	0,0	56.021,7	
Impostos indiretos	87.879,5	8,7	0,0	87.888,3	
Contribuições de Segurança Social	427,8	0,0	0,0	427,8	
Outras receitas correntes	54.132,4	75.978,2	3.904,3	66.819,5	
Transferências correntes	48.142,7	73.732,9	0,0	54.680,1	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	47.924,7	891,5	0,0	48.816,2	
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	0,0	67.195,4	0,0	0,0	
Receita de capital	20.909,8	6.806,8	107,1	26.823,1	
Venda de bens de investimento	0,0	0,0	0,0	0,0	
Transferências capital	12.884,2	6.800,1	105,3	18.789,0	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	12.579,3	0,0	0,0	12.579,3	
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	0,0	1.000,7	0,0	0,0	
	0,0	0,0	0,0	0,0	
Receita efetiva	218.825,6	83.339,4	4.011,4	237.980,3	
Despesa corrente	207.751,1	73.486,2	8.200,4	222.242,2	
Consumo público	112.153,1	22.096,7	1.548,8	135.798,5	
Despesas com o pessoal	81.479,5	6.553,9	872,0	88.905,4	
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	30.673,6	15.542,7	676,8	46.893,1	
Subsídios	562,4	2.991,2	0,0	3.553,6	
Juros e outros encargos	19.023,7	1.676,2	4.783,6	25.483,4	
Transferências correntes	76.012,0	46.722,1	1.868,0	57.406,7	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	0,0	104,7	0,0	104,7	
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	67.195,4	0,0	0,0	0,0	
Despesa de capital	6.667,0	5.567,1	1.399,6	12.633,1	
Investimento	5.495,5	648,7	1.399,6	7.543,9	
Transferências de capital	1.171,5	4.918,3	0,0	5.089,2	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	170,8	0,0	0,0	170,8	
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	1.000,7	0,0	0,0	0,0	
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	
Despesa efetiva	214.418,1	79.053,3	9.600,0	234.875,3	
Saldo global	4.407,5	4.286,1	-5.588,6	3.105,0	
<i>Por memória:</i>					
Saldo corrente	-9.835,3	3.046,4	-4.296,0	-11.085,0	
Despesa corrente primária	188.727,4	71.810,0	3.416,8	196.758,8	
Saldo corrente primário	9.188,4	4.722,6	487,5	14.398,5	
Saldo de capital	14.242,8	1.239,8	-1.292,5	14.190,0	
Despesa primária	195.394,5	77.377,0	4.816,5	209.391,9	
Saldo primário	23.431,1	5.962,3	-805,0	28.588,4	

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Nota: As Reposições Não Abatidas nos Pagamentos foram contabilizadas em Receitas de Capital, nos termos do Decreto-Lei n.º26/2002 de 14 de fevereiro.

As transferências de outros subsectores das AP compreendem transferências da Administração Central, da Administração Local e da Segurança Social

◆ 2. Subsetor do Governo Regional

◆ 2.1. Síntese

O saldo global dos três primeiros meses de 2013 do subsetor do Governo Regional – na ótica da Contabilidade Pública – foi de 4,4 milhões euros, o que representa uma melhoria de 8 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior. Esta circunstância decorre da trajetória ascendente do saldo de capital, para o que concorre o acentuado aumento na receita desta natureza, a par de uma evolução mais moderada da componente da despesa. O saldo corrente, por seu turno, condicionou o saldo global no sentido inverso, fundamentalmente devido ao acréscimo das despesas com o pessoal, com os juros e com os custos inerentes às SCUTS. O saldo global evidenciado no final de março resulta do comportamento da receita efetiva, que variou 16,6% e dum acréscimo menos pronunciado da despesa efetiva

(12,2%), a qual, foi condicionada no sentido descendente pela evolução das transferências correntes (-14,6%), das despesas com subsídios (-18,8%) e das outras despesas correntes (-98,2%) e, no sentido ascendente, pelo comportamento das restantes componentes da despesa corrente, designadamente as despesas com o pessoal, a aquisição de bens e serviços correntes – motivadas, fundamentalmente pelas despesas inerentes às SCUTS – e os juros e outros encargos, que variaram 10,6%, 224,3%, e 77,8%, respetivamente. Do lado da receita, assinala-se a trajetória ascendente, tanto da componente corrente, cristalizada numa variação homóloga de 8,3%, como da componente de capital, materializada num acréscimo de 16,1 milhões de euros face aos primeiros três meses de 2012, conforme expressa o QUADRO II.

QUADRO II - Execução Orçamental do Gov. Regional (janeiro-março)			
	€ Milhares		
	2012	2013	VH (%)
Receita corrente	182.820,3	197.915,8	8,3
Receitas fiscais	123.320,1	143.355,6	16,2
Impostos diretos	43.317,3	55.476,1	28,1
Impostos indiretos	80.002,9	87.879,5	9,8
Outras receitas correntes	59.500,2	54.560,2	-8,3
Receita de capital	4.809,9	20.909,8	334,7
Receita efetiva	187.630,3	218.825,6	16,6
Despesa corrente	187.063,8	207.751,1	11,1
Despesas com o pessoal	73.638,3	81.479,5	10,6
Aquisição de bens e serviços	9.439,3	30.607,4	224,3
Juros e outros encargos	10.698,3	19.023,7	77,8
Transferências correntes	89.000,4	76.012,0	-14,6
Administrações Públicas	79.562,5	67.195,4	-15,5
Outras	9.437,9	8.816,5	-6,6
Subsídios	692,4	562,4	-18,8
Outras despesas correntes	3.595,1	66,2	-98,2
Despesa de capital	4.118,0	6.667,0	61,9
Investimento	3.108,7	5.495,5	76,8
Transferências de capital	1.009,2	1.171,5	16,1
Administrações Públicas	169,6	1.171,5	590,6
Outras	839,6		-100,0
Outras despesas de capital			
Despesa efetiva	191.181,7	214.418,1	12,2
Saldo global	-3.551,5	4.407,5	224,1
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	-4.243,4	-9.835,3	-131,8
Saldo de capital	692,0	14.242,8	1.958,3
Saldo primário	7.146,8	23.431,1	227,9
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	1.522,7	1.461,0	-4,1

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

A execução calculada tem por referência o orçamento retificado, à data, após os respetivos reforços e anulações.

- ◆ O saldo primário foi de 23,4 milhões de euros, o que representa uma melhoria de cerca de 16,3 milhões de euros relativamente ao período homólogo de 2012;
- ◆ Verifica-se uma melhoria do saldo de capital, cristalizada numa variação homóloga de 13,6 milhões de euros;
- ◆ A receita efetiva aumentou 16,6%, relativamente ao ano anterior, ao passo que a despesa efetiva registou um acréscimo de 12,2%.
- ◆ A variação homóloga do saldo global materializa uma trajetória ascendente da receita – em particular das receitas não fiscais e

em especial, das receitas de capital – a par de um acréscimo moderado da despesa. Efetivamente, enquanto a receita efetiva aumentou 31,2 milhões de euros até março de 2013, a despesa efetiva progrediu 23,2 milhões euros, justificando, deste modo, a formação do saldo global evidenciado no final do primeiro trimestre de 2013, que se decompõe num saldo corrente de -9,8 milhões de euros e num saldo de capital de 14,2 milhões de euros.

O QUADRO seguinte aborda a execução orçamental de março do subsetor do Governo Regional, discriminada de acordo com a classificação económica:

QUADRO III - Execução Orçamental do Gov. Regional (março)			€ Milhares
	2012	2013	VH (%)
Receita corrente	71.371,1	61.054,9	-14,5
Receitas fiscais	47.741,6	57.328,9	20,1
Outras receitas correntes	23.629,5	3.726,0	-84,2
Receita de capital	4.570,2	4.238,2	-7,3
Receita efetiva	75.941,3	65.293,1	-14,0
Despesa corrente	68.423,1	60.968,1	-10,9
Despesas com o pessoal	24.972,5	27.967,7	12,0
Aquisição de bens e serviços	2.681,2	1.775,6	-33,8
Juros e outros encargos	469,2	1.048,1	123,4
Despesa de capital	2.643,2	4.595,7	73,9
Investimento	1.759,0	4.234,6	140,7
Transferências de capital	884,2	361,1	-59,2
Outras despesas de capital			
Despesa efetiva	71.066,3	65.563,8	-7,7
Saldo global	4.875,0	-270,7	-105,6
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	2.948,1	86,8	-97,1
Saldo de capital	1.927,0	-357,5	118,6
Saldo primário	5.344,2	777,4	85,5

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

A execução calculada tem por referência o orçamento retificado, à data, após os respetivos reforços e anulações.

A execução orçamental relativa ao mês de março expressa uma trajetória distinta da registada em termos acumulados para os primeiros três meses de 2013. Com efeito, apesar da despesa de capital ter evoluído em linha com o registado, tanto a receita como a despesa efetiva descreveram trajetórias descendentes, ao contrariamente do

evidenciado no acumulado do primeiro trimestre de 2013. O saldo global resultante evidencia que a despesa efetiva superou a receita em 270,7 mil euros, assim como o saldo de capital, que se apresenta deficitário em 357,5 milhares de euros. Já o saldo corrente apresenta-se superavitário em 86,8 mil euros em termos mensais.

◆ 2.2. Receita

A receita efetiva do Governo Regional aumentou 16,6% nos primeiros três meses de 2013, fundamentalmente em virtude do comportamento evidenciado pelas receitas não fiscais, em particular pelo acréscimo evidenciado ao nível das transferências de capital, refletindo a alteração de registo do valor referente à Lei de Meios (de transferência corrente para transferência de capital), com efeito a partir de abril de 2012.

A receita fiscal fixou-se nos 143,4 milhões de euros, no primeiro trimestre de 2013, refletindo um acréscimo de 16,2% face ao evidenciado no período homólogo do ano anterior. O desempenho da receita fiscal acumulada até março de 2013 cristaliza a trajetória ascendente tanto dos impostos diretos, como dos impostos indiretos, conforme evidencia o quadro seguinte.

QUADRO IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro-março)			€ Milhares
	2012	2013	VH (%)
Receita fiscal	123.320,1	143.355,6	16,2
Impostos Diretos	43.317,3	55.476,1	28,1
IRS	36.818,9	40.966,8	11,3
IRC	6.492,2	14.509,0	123,5
Outros	6,1	0,2	-96,8
Impostos Indiretos	80.002,9	87.879,5	9,8
ISP	9.738,0	9.549,2	-1,9
IVA	59.668,9	64.166,3	7,5
ISV	451,9	804,4	78,0
Imposto de consumo sobre o tabaco	2.947,1	6.056,1	105,5
IABA	1.313,1	1.069,1	-18,6
Outros	5.883,9	6.234,4	6,0
Imposto de Selo	5.350,7	5.650,7	5,6
IUC	457,6	499,5	9,2
Receita não fiscal	64.310,1	75.470,0	17,4
Receita efetiva	187.630,3	218.825,6	16,6

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

A evolução dos impostos diretos de 2012 para 2013 ficou a dever-se a:

- ◆ *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)* – regista-se um acréscimo face ao ano de 2012, que acende a 11,3%;
- ◆ *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)* – verifica-se uma variação de 123,5% relativamente a 2012.

As variações ocorridas refletem as atualizações efetivadas ao nível da fiscalidade direta decorrentes das obrigações impostas pelo PAEF-RAM acordado entre a Região e a República Portuguesa, assim como incorpora a adaptação à Região das alterações previstas na Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2013. Ao nível da tributação sobre o rendimento das pessoas coletivas, salienta-se ainda o efeito do aumento da receita proveniente do Centro Internacional de Negócios da Madeira, como outro dos fatores explicativos para a variação verificada.

A variação homóloga dos impostos indiretos foi a seguinte:

- ◆ *Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)* – verifica-se um acréscimo de 7,5% na receita arrecadada até março de 2013 face ao registado em igual período do ano anterior. Esta evolução deriva do facto da aplicação da Portaria n.º 1418/2008, de 9 de dezembro, que regula as transferências do IVA para as Regiões Autónomas ter resultado no apuramento dum duodécimo superior a atribuir até abril de 2013, face ao aplicado

no período homólogo de 2012. Não obstante, assinala-se o facto da portaria em questão não ter sido ainda alterada, não refletindo, na íntegra, os aumentos mais recentes nas taxas de imposto na RAM;

- ◆ *Imposto sobre Veículos (ISV)* – a receita acumulada registou um acréscimo de 78,0% face ao primeiro trimestre de 2012, período em que se registaram mínimos históricos na arrecadação deste imposto;
- ◆ *Imposto de Selo (IS)* – a receita acumulada registou um aumento de 5,6%;
- ◆ *Imposto sobre o Tabaco (IT)* – a receita líquida acumulada registou uma subida de 3,1 milhões de euros comparativamente a 2012;
- ◆ *Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP)* – verifica-se uma quebra de 1,9% face ao ano transato.

A receita não fiscal apresenta um acréscimo de 17,4%, em grande medida influenciado pelo incremento das transferências de capital (191,3%), a que estará associada a circunstância das verbas subjacentes à Lei de Meios passarem a estar classificadas nas transferências desta natureza, por um lado, e do aumento das reposições não abatidas nos pagamentos, por outro.

O QUADRO V complementa o descrito anteriormente relativamente à execução orçamental da receita não fiscal do Governo Regional da Madeira, relativa ao primeiro trimestre de 2012 e 2013.

QUADRO V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-março)

€ Milhares

	2012	2013	Grau de Execução (%)
Receita fiscal	123.320,1	143.355,6	18,6%
Receita não fiscal	64.310,1	75.470,0	16,0%
Correntes	59.500,2	54.560,2	22,3%
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	1.291,5	427,8	7,6%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	4.361,1	5.339,3	20,1%
Rendimentos da Propriedade	1.203,6	0,0	0,0%
Transferências Correntes	51.285,6	48.142,7	23,7%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.049,6	630,0	12,2%
Outras Receitas Correntes	308,9	20,4	1,3%
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0%
Capital	4.809,9	20.909,8	9,2%
Venda de Bens de Investimento	61,9	0,0	0,0%
Transferências de Capital	4.423,1	12.884,2	7,8%
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0	0,0%
Saldo da Gerência Anterior	0,0	0,0	0,0%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	324,9	8.025,6	1646,6%
Receita efetiva	187.630,3	218.825,6	17,6%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

◆ 2.3. Despesa

A despesa efetiva acumulada do Governo Regional aumentou 12,2% entre o primeiro trimestre de 2012 e igual período de 2013, tendo

apresentado um grau de execução de 15,7%, mais 5,4 pontos percentuais (p.p.) do que o executado até março do ano anterior.

QUADRO VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro-março)

€ milhares

	2012	2013	2012 Grau de Execução (%)	2013	VH (%) 2012
Despesa corrente	187.063,8	207.751,1	14,8	18,6	11,1
Despesas com o pessoal	73.638,3	81.479,5	23,4	24,1	10,6
Remunerações Certas e Permanentes	63.643,2	69.547,7	24,2	25,0	9,3
Abonos Variáveis ou Eventuais	682,7	415,0	14,9	12,4	-39,2
Segurança social	9.312,4	11.516,7	19,9	20,4	23,7
Aquisição de bens e serviços correntes	9.439,3	30.607,4	4,9	15,2	224,3
Juros e outros encargos	10.698,3	19.023,7	9,5	16,3	77,8
Transferências correntes	89.000,4	76.012,0	17,5	17,5	-14,6
Administrações Públicas	79.562,5	67.195,4	17,9	18,2	-15,5
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Administração Regional	79.562,5	67.195,4	17,9	18,2	-15,5
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Outras transferências correntes	9.437,9	8.816,5	14,8	13,6	-6,6
Subsídios	692,4	562,4	3,6	4,5	-18,8
Outras despesas correntes	3.595,1	66,2	3,0	0,6	-98,2
Despesa corrente primária	176.365,5	188.727,4	15,3	18,9	7,0
Despesa de capital	4.118,0	6.667,0	0,7	2,7	61,9
Investimento	3.108,7	5.495,5	1,1	3,7	76,8
Transferências de capital	1.009,2	1.171,5	0,9	1,5	16,1
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Despesa efetiva	191.181,7	214.418,1	10,3	15,7	12,2

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Por memória:

Ativos financeiros	1.522,7	1.461,0	0,6	6,8
Passivos financeiros	15.400,0	172.284,0	19,4	70,0

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Os principais fatores que influenciaram a evolução da despesa do Governo Regional de 2012 para 2013 foram os seguintes:

- ◆ Pagamentos realizados no âmbito do PAEF-RAM;

- ◆ Acréscimo da despesa com pessoal em 10,6%, em grande medida explicado pelos aumentos das despesas com as remunerações certas e permanentes (9,3%) – a que estará associada a reposição do subsídio de

natal dos funcionários públicos e o pagamento daquele abono em duodécimos, nos termos do estabelecido na Lei do OE para 2013 – e pelas despesas com a segurança social. O acréscimo registado ao nível das despesas com pessoal do subsetor do Governo Regional é também justificado pelas diversas alterações orgânicas verificadas a partir do início do ano económico de 2013, nomeadamente a extinção da empresa pública regional RAMEDM – Estradas da Madeira, S.A. e sua integração, na Administração Pública Regional direta, através da Direção Regional de Estradas. Decorrente de igual processo, o acréscimo das despesas com pessoal do Governo Regional é também motivado pela extinção, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013, do Laboratório de Engenharia Civil, IP-RAM; Fundo Madeirense do Seguro de Colheitas; Fundo de Gestão para os Programas da Direção Regional de Pescas e do Centro de Estudos de História do Atlântico, os quais foram objeto de integração na Administração Pública Regional direta;

- ◆ Aumento das despesas com enquadramento na rubrica Aquisição de Bens e Serviços Correntes (224,3%, em termos homólogos), motivado, fundamentalmente, pela realização de despesas inerentes às SCUTS;
- ◆ Aumento da despesa com juros e outros encargos (77,8%);
- ◆ Decréscimo das transferências correntes (-14,6%);
- ◆ Redução de despesa com subsídios na execução até ao final do primeiro trimestre de 2013, materializada numa redução de 18,8% face ao período homólogo de 2012;
- ◆ Redução na rubrica relativa a Outras Despesas Correntes (-98,2%);
- ◆ Acréscimo da despesa de Capital (61,9%);
- ◆ As despesas correntes realizadas até março de 2013 representam 96,9% do total da despesa efetiva, sendo que a despesa corrente primária corresponde a 88% da mesma. Comparativamente ao período homólogo, as despesas correntes diminuíram o seu peso relativo na despesa efetiva em 1 p.p., enquanto que as despesas correntes primárias cristalizam um decréscimo de 4,2 p.p.. Esta circunstância é explicada fundamentalmente pela baixa execução evidenciada nas despesas de capital, cujos efeitos se materializam, a par do aumento relevante das despesas com juros e outros encargos, no acréscimo do peso relativo das despesas correntes na despesa efetiva.

O quadro seguinte expõe a decomposição da execução orçamental por classificação funcional por setor.

QUADRO VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro-março)		€ milhares
	2013	2013 Estrutura (%)
Funções Gerais de Soberania	13.994,0	6,5
Serviços Gerais da Administração Pública	12.373,1	5,8
Defesa Nacional	0,0	0,0
Segurança e Ordem Públicas	1.620,9	0,8
Funções Sociais	142.663,1	66,5
Educação	72.274,5	33,7
Saúde	58.633,9	27,3
Segurança e Ação Sociais	0,0	0,0
Habituação e Serviços Coletivos	8.050,7	3,8
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	3.704,0	1,7
Funções Económicas	38.741,1	18,1
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	7.286,6	3,4
Indústria e Energia	252,6	0,1
Transportes e Comunicações	27.823,6	13,0
Comércio e Turismo	2.403,3	1,1
Outras Funções Económicas	975,2	0,5
Outras Funções	19.020,0	8,9
Operações da Dívida Pública	19.020,0	8,9
Transferências entre Administrações Públicas	0,0	0,0
Diversas não especificadas	0,0	0,0
Despesa Efetiva	214.418,1	100,0
<i>Por memória:</i>		
Ativos financeiros	1.461,0	0,7
Funções Gerais de Soberania	1.076,7	0,5
Funções Sociais	384,3	0,2
Funções Económicas	0,0	0,0
Outras Funções	0,0	0,0
Passivos financeiros	172.284,0	80,3
Outras Funções	172.284,0	80,3

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

A apreciação da estrutura da despesa pela ótica funcional permite constatar o relevo das Funções Sociais na execução da despesa, representando 66,5% do total, seguindo-se as *Funções Económicas* 18,1%, as *Outras Funções* 8,9% e as *Funções Gerais de Soberania* 6,5%.

Nas Funções Sociais, destacam-se as verbas destinadas à Educação (72,3 milhões de euros) e à Saúde (58,6 milhões de euros). As despesas com a Educação aumentaram cerca de 2,3 milhões de euros, enquanto que na Saúde o montante despendido revelou-se inferior ao do ano precedente em 11,3 milhões de euros.

As despesas com as Funções Económicas

até março aumentaram significativamente face à realização de 2012, cristalizando um acréscimo de 26,1 milhões de euros em termos homólogos. Este aumento foi motivado, em grande medida, pelo pagamento das despesas associadas às SCUTS.

As Funções Gerais de Soberania executaram 14 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 10,9% face ao registado até março de 2012, com os Serviços Gerais da Administração Pública, que apresentam uma quebra de 11,4%, a condicionarem a evolução registada.

Em Outras Funções, os 19 milhões de euros realizados destinaram-se a operações da dívida pública - representando um acréscimo de 77,8%

face à execução registada nos primeiros três meses de 2012.

No que concerne à execução orçamental por classificação orgânica, ilustrada pelo quadro seguinte, constata-se que o agrupamento orgânico com maior execução de despesa foi a Secretaria Regional da Educação e dos Recursos Humanos com 74,9 milhões de euros (despesa efetiva), dos quais 84,3% dizem respeito às despesas com o pessoal. Segue-se a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, com 61,5 milhões de euros, dos quais, 98,3% respeitam a transferências correntes e o Plano e Finanças, com 51,4 milhões de euros,

motivado, fundamentalmente, pelas despesas associadas às SCUTS e pelo pagamento de juros e outros encargos. Em contraponto, a Presidência do Governo Regional executou 263,2 mil euros, afetos, na sua quase totalidade, a despesas com o pessoal (237,7 mil euros). As transferências para a Assembleia Legislativa da Madeira ascenderam, a 3,6 milhões de euros nos primeiros três meses de 2013.

O QUADRO VIII traduz a execução orçamental por agrupamentos orgânicos numa perspetiva de afetação económica:

QUADRO VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro-março) € milhares

	Assembleia Legislativa da Madeira	Presidência do Governo	Vice-Presidência do Governo	Plano e Finanças	Ambiente e Recursos Naturais	Cultura, Turismo e Transportes	Assuntos Sociais	Educação e Recursos Humanos	TOTAL
Despesa corrente	3.542,3	263,2	6.744,0	50.142,4	7.653,3	2.999,5	61.493,7	74.912,7	207.751,1
Despesas com o pessoal	0,0	237,7	5.770,1	3.771,5	6.046,6	2.019,9	466,8	63.166,9	81.479,5
Remunerações Certas e Permanentes	0,00	205,4	4.886,5	3.142,9	5.266,7	1.781,0	414,4	53.850,9	69.547,7
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	6,8	59,0	83,1	49,7	4,7	1,8	209,9	415,0
Segurança social	0,00	25,5	824,6	545,5	730,2	234,1	50,6	9.106,1	11.516,7
Aquisição de bens e serviços correntes	0,0	25,4	591,6	26.861,7	109,4	601,7	306,5	2.111,1	30.607,4
Aquisição de bens	0,00	6,3	2,4	24,4	0,5	0,2	0,6	490,9	525,3
Aquisição de serviços	0,00	19,2	589,2	26.837,3	108,9	601,4	305,9	1.620,3	30.082,1
Juros e outros encargos	0,0	0,0	0,0	19.020,0	0,0	0,0	0,0	3,7	19.023,7
Transferências correntes	3.542,3	0,0	357,0	472,7	1.284,3	6,0	60.720,4	9.629,3	76.012,0
Administrações Públicas	3.542,3	0,0	357,0	435,6	998,1	0,0	60.476,8	1.385,7	67.195,4
Administração Central	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Regional	3.542,3	0,0	357,0	435,6	998,1	0,0	60.476,8	1.385,7	67.195,4
Administração Local	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências correntes	0,0	0,0	0,0	37,1	286,2	6,0	243,6	8.243,7	8.816,5
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	191,0	371,4	0,0	0,0	562,4
Outras despesas correntes	0,0	0,0	25,3	16,6	22,0	0,7	0,0	1,7	66,2
Despesa de capital	14,8	0,0	5.208,4	1.272,8	170,8	0,0	0,0	0,2	6.667,0
Investimento	0,0	0,0	4.222,5	1.272,8	0,0	0,0	0,0	0,2	5.495,5
Transferências de capital	14,8	0,0	985,8	0,0	170,8	0,0	0,0	0,0	1.171,5
Administrações Públicas	14,8	0,0	985,8	0,0	170,8	0,0	0,0	0,0	1.171,5
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	170,8	0,0	0,0	0,0	170,8
Administração Regional	14,8	0,0	985,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.000,7
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
									0,0
Despesa efetiva	3.557,1	263,2	11.952,4	51.415,2	7.824,2	2.999,5	61.493,7	74.912,9	214.418,1
<i>Por memória:</i>									
Ativos financeiros		0,0	0,0	1.076,7	0,0	0,0	384,3	0,0	1.461,0
Passivos financeiros		0,0	0,0	172.284,0	0,0	0,0	0,0	0,0	172.284,0
Operações extraorçamentais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

◆ 3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR

◆ 3.1. Entidades Públicas Reclassificadas

Em 2012, as empresas classificadas no perímetro da APR aqui designadas de EPR (Entidades Públicas Reclassificadas) foram integradas e equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos, para efeitos de controlo orçamental.

O saldo global da execução financeira das Entidades Públicas Reclassificadas, considerando a informação acumulada de março de 2013, situou-se em -5,6 milhões de euros, resultante de despesas com pessoal (872 mil euros), com a aquisição de bens e serviços correntes (613,1 mil euros), com Juros e outros encargos (4,8 milhões de euros) e com transferências correntes (1,9 milhões

de euros), fazendo com que a despesa corrente se fixasse em 8,2 milhões de euros e devido à execução evidenciada ao nível da aquisição de bens e serviços de capital – que totalizou 1,4 milhões de euros. Do lado das receitas, a componente corrente ascendeu a 3,9 milhões de euros, enquanto que a componente de capital apresentou uma execução de 107,1 mil euros até março de 2013.

Verifica-se uma melhoria de 503 mil euros face ao registado até ao final do mês anterior, conforme revela o QUADRO seguinte:

QUADRO IX - Saldo Global do Subsetor - EPR	€ Milhares	
	fevereiro	março
Empresas Públicas Reclassificadas	-6.091,6	-5.588,6

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

◆ 3.2. Síntese Global dos SFA e EPR

Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente de 4,3 milhões de euros. Este resultado é justificado, no que à componente corrente da receita diz respeito, pelas transferências da Administração Pública Regional (APR), que atingiram 67,2 milhões de euros, o que representa 80,6% da receita efetiva. Nas receitas de capital – não considerando o saldo da gerência anterior – as transferências provenientes da União Europeia constituem a origem da parcela mais relevante do total arrecadado pela via de capital até ao final de

março de 2013 (85,2%), sendo que 14,7% provêm das transferências da APR. A estrutura da despesa é marcada pela relevância do peso das transferências correntes e de capital, e das despesas com a aquisição de bens e serviços correntes e com o pessoal, que representaram 93,2% da despesa efetiva.

O QUADRO X reflete os saldos em diferentes óticas dos Serviços e Fundos Autónomos e Entidades Públicas Reclassificadas.

QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-março)		€ milhares		
	SFA	EPR	TOTAL	
Saldo global	4.286,1	-5.588,6	-1.302,5	
<i>Por memória:</i>				
Despesa primária	77.377,0	4.816,5	82.193,5	
Saldo primário	5.962,3	-805,0	5.157,3	
Saldo corrente	3.046,4	-4.296,0	-1.249,7	
Saldo de capital	1.239,8	-1.292,5	-52,8	
	0,0	0,0	0,0	
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	91,8	513,1	604,9	
<i>dos quais Receitas de:</i>	0,0	0,0	0,0	
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0	
Outros Ativos	0,0	0,0	0,0	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	4.684,0	4.684,0	

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

O saldo global (SFA+EPR) relativo ao primeiro trimestre de 2013, totalizou -1,3 milhões de euros, em virtude do resultado evidenciado pelas EPR, que atingiu -5,6 milhões de euros, o qual foi apenas parcialmente compensado pelo saldo global evidenciado pelos SFA - que ascendeu a 4,3 milhões de euros. Os saldos corrente e de capital atingiram, respetivamente, -1,2 milhões de euros e -52,8 mil euros. A despesa primária ficou-se nos 82,2 milhões de euros, perfazendo um saldo primário de 5,2 milhões de euros.

QUADRO XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-março)		€ milhares		
	SFA	EPR	TOTAL	
Receita corrente	76.532,6	3.904,3	80.436,9	
Impostos diretos	545,7	0,0	545,7	
Impostos indiretos	8,7	0,0	8,7	
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	0,0	0,0	0,0	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	863,7	0,0	863,7	
Transferências Correntes	73.732,9	0,0	73.732,9	
União Europeia	5.645,4	0,0	5.645,4	
Outras transferências	68.087,5	0,0	68.087,5	
Venda de bens e serviços correntes	992,0	735,0	1.727,0	
Outras Receitas Correntes	389,6	3.169,3	3.558,9	
Receita de capital	6.806,8	107,1	6.913,9	
Venda de bens de investimento	0,0	0,0	0,0	
Transferências de capital	6.800,1	105,3	6.905,4	
União Europeia	5.799,4	0,0	5.799,4	
Outras transferências	1.000,7	105,3	1.106,0	
Outras Receitas de Capital	1,0	1,8	2,8	
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0	
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	5,7	0,0	5,7	
Saldo da Gerência Anterior	22.797,6	3.940,6	26.738,2	
Operações extra-orçamentais	23.746,0	330,7	24.076,6	
Receita efetiva	83.339,4	4.011,4	87.350,8	
Despesa corrente	73.486,2	8.200,4	81.686,6	
Despesas com o pessoal	6.553,9	872,0	7.425,9	
Aquisição de bens e serviços	15.522,7	613,1	16.135,8	
Juros e outros encargos	1.676,2	4.783,6	6.459,8	
Transferências correntes	46.722,1	1.868,0	48.590,1	
Outros subsectores das Administrações Públicas	104,7	0,0	104,7	
Outras transferências	46.617,4	1.868,0	48.485,5	
Subsídios	2.991,2	0,0	2.991,2	
Outras despesas correntes	20,0	63,7	83,7	
Despesa de capital	5.567,1	1.399,6	6.966,7	
Investimento	648,7	1.399,6	2.048,4	
Transferências de capital	4.918,3	0,0	4.918,3	
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	
Despesa efetiva	79.053,3	9.600,0	88.653,3	
Ativos financeiros	768,1	0,0	768,1	
Passivos financeiros	0,0	321,6	321,6	
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	
Operações extraorçamentais	18.092,1	331,9	18.424,0	
Saldo global	4.286,1	-5.588,6	-1.302,5	

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Em termos de execução mensal, constata-se que o saldo global do mês de março, dos SFA e das EPR, ascende a -6,8 milhões de euros, tendo o saldo corrente atingido -5,3 milhões de euros e o de capital -1,5 milhões de euros. A despesa primária

fixou-se nos 40,2 milhões de euros e o saldo primário em -5,2 milhões de euros.

A despesa mensal dos SFA e EPR desagregase da seguinte forma

	QUADRO XII - Execução orçamental dos SFA e EPR (março)		€ Milhares
			março 2012
	SFA execução mensal	EPR execução mensal	
Receita corrente	30.280,7	1.981,7	
Impostos diretos	545,7	0,0	
Impostos indiretos	8,7	0,0	
Contribuições de Segurança Social	0,0	0,0	
Outras receitas correntes	29.726,3	1.981,7	
Transferências correntes	28.761,9	0,0	
Receita de capital	2.781,0	0,0	
Venda de bens de investimento	0,0	0,0	
Transferências capital	2.780,3	0,0	
Receita efetiva	33.061,7	1.981,7	
Despesa corrente	36.149,4	1.370,7	
Consumo público	12.360,5	428,3	
Despesas com o pessoal	2.193,9	305,6	
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	10.166,6	122,7	
Subsídios	2.228,5	0,0	
Juros e outros encargos	1.251,3	319,7	
Transferências correntes	20.309,1	622,7	
Despesa de capital	4.169,2	108,0	
Investimento	602,6	108,0	
Transferências de capital	3.566,6	0,0	
Outras despesas de capital	0,0	0,0	
Despesa efetiva	40.318,6	1.478,7	
Saldo global	-7.256,9	503,0	

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

O QUADRO XIII apresenta os saldos mensais dos subsetores do Governo Regional, SFA, e EPR, em diferentes óticas: Governo Regional e SFA (com e sem EPR), a saber:

	QUADRO XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR				€ Milhares
	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)		
	março 2013	jan-março 2013	março 2013	jan-março 2013	
Saldo global	-7.526,1	8.693,6	-6.917,8	3.105,0	
<i>Por memória:</i>					
Saldo corrente	-5.780,4	-6.789,0	-5.169,4	-11.085,0	
Despesa corrente primária	67.781,4	193.342,0	68.832,4	196.758,8	
Saldo corrente primário	-3.481,1	13.910,9	-2.550,4	14.398,5	
Saldo de capital	-1.745,7	15.482,5	-1.748,4	14.190,0	
Despesa primária	76.246,5	204.575,4	77.405,5	209.391,9	
Saldo primário	-5.226,8	29.393,5	-4.298,8	28.588,4	

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Em 2013, apresenta-se a informação com as EPR e a comparável com 2011 excluindo para esse efeito as EPR.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento inicial.

O saldo corrente (considerando GR+SFA), em termos acumulados ascendeu a -6,8 milhões de euros, tendo o saldo de capital atingido 15,5 milhões de euros. A informação relativa ao saldo primário (GR+SFA) revela um resultado que ascende a 29,4 milhões de euros até março de 2013.

Considerando a informação relativa ao Governo Regional e SFA (com EPR), verifica-se que a receita corrente arrecadada até março de 2013 foi de 211,2 milhões de euros e a despesa da mesma natureza ascendeu a 222,2 milhões de euros.

No que concerne à componente de capital, a receita atingiu os 26,8 milhões de euros enquanto a despesa atingiu os 12,6 milhões de euros. A receita líquida dos ativos e passivos financeiros, bem como das operações extraorçamentais, atingiu os 238 milhões de euros, com a despesa efetiva a atingir os 234,9 milhões de euros.

O QUADRO XIV expressa a desagregação por receita e despesa do universo comparativo descrito anteriormente (Governo Regional, SFA e EPR):

QUADRO XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR					€ Milhares
	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)		
	março 2013	jan -março 2013	março 2013	jan -março 2013	
Receita corrente	64.300,3	207.252,9	66.282,1	211.157,3	
Impostos diretos	29.149,1	56.021,7	29.149,1	56.021,7	
Impostos indiretos	28.734,2	87.888,3	28.734,2	87.888,3	
Contribuições de Segurança Social	162,7	427,8	162,7	427,8	
Outras receitas correntes	6.254,3	62.915,1	8.236,0	66.819,5	
Transferências correntes	1.931,0	54.680,1	1.931,0	54.680,1	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	305,1	48.816,2	305,1	48.816,2	
Receita de capital	6.719,4	26.716,0	6.824,7	26.823,1	
Venda de bens de investimento	0,0	0,0	0,0	0,0	
Transferências capital	6.654,2	18.683,6	6.759,6	18.789,0	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	4.166,7	12.579,3	4.166,7	12.579,3	
Receita efetiva	71.019,7	233.968,9	73.106,7	237.980,3	
Despesa corrente	70.080,8	214.041,9	71.451,4	222.242,2	
Consumo público	42.144,8	134.249,8	42.573,1	135.798,5	
Despesas com o pessoal	30.161,6	88.033,4	30.467,3	88.905,4	
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	11.983,2	46.216,4	12.105,9	46.893,1	
Subsídios	2.238,2	3.553,6	2.238,2	3.553,6	
Juros e outros encargos	2.299,3	20.699,9	2.619,0	25.483,4	
Transferências correntes	23.398,4	55.538,6	24.021,1	57.406,7	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	46,0	104,7	46,0	104,7	
Despesa de capital	8.465,0	11.233,4	8.573,1	12.633,1	
Investimento	4.837,1	6.144,3	4.945,2	7.543,9	
Transferências de capital	3.627,9	5.089,2	3.627,9	5.089,2	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	61,3	170,8	61,3	170,8	
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	
Despesa efetiva	78.545,8	225.275,3	80.024,5	234.875,3	

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Em 2013, apresenta-se a informação com as EPR e a comparável com a situação anterior a 2012 excluindo para esse efeito as EPR.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento inicial.

O Passivo acumulado da Administração Pública Regional reportado ao final do primeiro trimestre de 2013 ascendia a 2.536,6 milhões de euros, dos quais, 77,5% são respeitantes a obrigações do Governo Regional. Os SFA, por seu turno, são responsáveis por 20,2% do montante do Passivo verificado;

Os Pagamentos em Atraso apurados até ao final de março de 2013, correspondem a 946,3 milhões de euros, sendo que as parcelas mais rele-

vantes são atribuídas ao Governo Regional (82,9%) e aos SFA (12,3%);

Assinala-se ainda o facto da componente Aquisições de Bens de Capital representar 42,4% do total do Passivo e 50,0% dos pagamentos em atraso;

Os quadros seguintes sintetizam a situação da Administração Regional no final de março de 2013, no que à dívida não financeira diz respeito.

QUADRO XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de março de 2013 (valores acumulados) € milhares

Total	março de 2013			Variação face a janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	1.342.913,01	890.624,44	454.744,92	1,73%	-0,38%	-0,94%
Despesas com Pessoal	4.595,04	4.449,72	80,96	71,19%	79,53%	-6,98%
Aquisições de Bens e Serviços	433.012,99	418.024,18	359.618,88	3,68%	-0,98%	-0,46%
Juros e outros encargos	498.267,78	91.823,58	79.035,29	-0,34%	-2,47%	-2,59%
Transferências Correntes	367.009,64	351.191,30	14.779,52	2,23%	0,74%	0,87%
Subsídios	39.547,59	24.693,09	863,69	0,15%	-1,56%	34,01%
Outras Despesas Correntes	479,97	442,57	366,58	-60,48%	-61,11%	-64,96%
Despesas de Capital	1.193.717,58	1.125.513,57	491.566,87	0,40%	0,55%	0,27%
Aquisições de Bens de Capital	1.075.370,09	1.073.606,29	472.809,32	0,51%	0,44%	-0,15%
Transferências de Capital	118.347,50	51.907,28	18.757,55	-0,60%	3,03%	13,45%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Total	2.536.630,59	2.016.138,02	946.311,78	1,10%	0,14%	-0,31%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de março de 2013 (valores acumulados) € milhares

Governo Regional	março de 2013			Variação face a janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	804.137,82	363.296,10	320.004,01	2,21%	2,72%	1,18%
Despesas de Capital	1.163.008,04	1.096.184,89	464.482,05	0,54%	0,74%	0,73%
Total	1.967.145,87	1.459.480,99	784.486,06	1,21%	1,23%	0,91%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de março de 2013 (valores acumulados) € milhares

Serviços e Fundos Autónomos	março de 2013			Variação face a janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	510.376,63	499.031,98	116.440,51	0,36%	-1,86%	0,17%
Despesas de Capital	1.619,34	238,48	237,85	10,94%	-19,27%	-5,55%
Total	511.995,97	499.270,46	116.678,36	0,39%	-1,87%	0,16%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XVIII - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de março de 2013 (valores acumulados) € milhares

Entidades Públicas Reclassificadas	março de 2013			Variação face a janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	28.398,56	28.296,36	18.300,40	-11,74%	-10,73%	-12,96%
Despesas de Capital	29.090,20	29.090,20	26.846,97	2,93%	2,95%	-2,95%
Total	57.488,76	57.386,56	45.147,37	-4,88%	-4,28%	-7,27%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Contas a pagar são o subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigíveis (ex.: fatura ou documento equivalente, notas de abono, talões nos termos do CIVA).

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes. Excluem-se deste conceito, para efeitos de aplicação da LCPA e do Decreto-Lei n.º 127/2012 (n.º 2 do artigo 4.º):

- ◆ As obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória, as quais devem ser consideradas no passivo, mas não em contas a pagar, uma vez que as provisões para riscos e encargos não constituem um passivo certo, líquido e exigível;
- ◆ As situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, as quais devem ser consideradas em contas a

pagar, visto que a dívida se mantém, ainda que não incorra em mora;

- ◆ Os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, os quais permanecem em contas a pagar, acrescentado aos compromissos do mês/período/ano em que vão ser liquidados.

Passivos são as obrigações presentes da entidade proveniente de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. Uma característica essencial de um passivo é a de que a entidade tenha uma obrigação presente (constituída, por exemplo, aquando da entrega dos bens com a guia de remessa, contabilizados em receção e conferência, ou com a fatura ou documento equivalente, provisões para riscos e encargos, ou em resultado de empréstimos contraídos).

◆ 6. Siglas e abreviaturas

APR	Administração Pública Regional
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIVA	Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
DGO	Direção-Geral do Orçamento (Ministério das Finanças)
EPR	Entidades Públicas Reclassificadas
GR/Gov. Reg.	Governo Regional (da Madeira)
IABA	Imposto sobre o Alcool e as Bebidas Alcoólicas
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IS	Imposto do Selo
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos
ISV	Imposto sobre Veículos
IT	Imposto sobre o Tabaco
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LOE	Lei do Orçamento de Estado
OE	Orçamento de Estado
p.p.	pontos percentuais
PAEF-RAM	Programa de Ajustamento Económico e Financeiro
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
VH	Variação homóloga

QUADRO I	Execução orçamental consolidada (janeiro-março)	6
QUADRO II	Execução Orçamental do Gov. Regional (janeiro-março)	7
QUADRO III	Execução Orçamental do Gov. Regional (março)	8
QUADRO IV	Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro-março)	9
QUADRO V	Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-março)	11
QUADRO VI	Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro-março)	12
QUADRO VII	Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro-março)	14
QUADRO VIII	Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro-março)	15
QUADRO IX	Saldo Global do Subsetor - EPR	16
QUADRO X	Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-março)	17
QUADRO XI	Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-março)	17
QUADRO XII	Execução orçamental dos SFA e EPR (março)	18
QUADRO XIII	Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR	18
QUADRO XIV	Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR	19
QUADRO XV	Contas a pagar da Administração Regional, no final de março de 2013 (valores acumulados)	20
QUADRO XVI	Contas a pagar do Governo Regional, no final de março de 2013 (valores acumulados)	20
QUADRO XVII	Contas a pagar dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de março de 2013 (valores acumulados)	21
QUADRO XVIII	Contas a pagar das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de março de 2013 (valores acumulados)	21



PLANO FINANÇAS
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS